



Reunião de 14/03/2018

ATA N.º 05/2018

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE NELAS, REALIZADA EM CATORZE DE MARÇO DE
DOIS MIL E DEZOITO**

---- Aos **catorze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas quinze horas, a Câmara Municipal de Nelas, em reunião ordinária, sob a presidência da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Sofia Relvas Marques, estando presentes os Senhores Vereadores, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr. Fernando António Pais Silvério, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral, Júlio António Soares Fernandes e Aires Manuel Antunes dos Santos. -----

---- Registou-se a falta, considerada justificada, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva. -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos: - De operações orçamentais: 229.684,77 € (duzentos e vinte e nove mil seiscentos e oitenta e quatro euros e setenta e sete centímetros); - De operações não orçamentais: 161.508,55 € (cento e sessenta e um mil quinhentos e oito euros e cinquenta e cinco centímetros). -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Sofia Relvas Marques, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta esta reunião ordinária da Câmara Municipal de Nelas do dia 14 de março de 2018. Informou a Câmara que, por imperativos de agenda do Senhor Presidente da Câmara, tendo sido convocado para uma reunião, hoje, no PO SEUR, o qual foi acompanhado com as Técnicas da Câmara, Senhoras Eng.^a Susana e Eng.^a Inês, para avaliação de todos os projetos que estão em curso e outros, que foram candidatados, ele, Senhor Presidente, não conseguiu, de modo nenhum, alterar esta reunião, daí que esteja ela, Senhora Vice-Presidente, a substituí-lo nesta reunião de Câmara. Em relação ao Resumo Diário de Tesouraria: - De operações orçamentais: 229.684,77 € (duzentos e vinte e nove mil seiscentos e oitenta e quatro euros e setenta e sete centímetros); - De operações não orçamentais: 161.508,55 € (cento e sessenta e um mil quinhentos e oito euros e cinquenta e cinco centímetros). -----

---- Entrando, de seguida, no Período de Antes da Ordem do Dia, a Senhora Vice-Presidente da Câmara perguntou se algum dos Senhores Vereadores se queria inscrever para usar da palavra neste Período de Antes da Ordem do Dia. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral cumprimentou todos os presentes, a Senhora Vice-Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores. Afirmou que tinha só quatro pontos que gostava de colocar na reunião de hoje. O primeiro prende-se com a requalificação, ou do que se tem falado, da necessidade, melhor dizendo, da requalificação da Estrada Nacional n.º 234, junto à Zona Industrial 2, mais propriamente junto à Zona dos Valinhos, onde eles, na última reunião de Câmara, falaram ali e consensualizaram mesmo isso



Reunião de 14/03/2018

entre todos, que seria feita uma moção, sem proposta individual de qualquer um dos quadrantes políticos, mas em nome da Autarquia no seu todo para enviar às Entidades competentes, às Estradas de Portugal, ao Governo e ao Ministério da tutela. Mas, pronto, entretanto, a vida tem dessas coincidências felizes, houve uma moção aprovada nesse mesmo dia, à noite, na Assembleia Municipal, uma proposta do Movimento Cívico Coração do Dão, que foi aprovado por unanimidade e, portanto, não lhe parece que faça qualquer sentido haver duas propostas, até porque, provavelmente, se anulariam. Portanto, fazia sentido, a proposta que ele, Vereador Dr. Joaquim Amaral, fazia, naquele momento, que era, se calhar, adaptar-se a moção que foi aprovada, por unanimidade, na Assembleia Municipal e transformá-la na moção da própria Autarquia, a enviar às próprias Entidades competentes. Faz todo o sentido. Teve unanimidade de todos os representantes dos Partidos Políticos na Assembleia Municipal. Portanto, faria todo o sentido ser feito dessa forma. No entanto, também queria sugerir que fossem efetuadas diligências com as Estradas de Portugal no sentido de, eventualmente, se proceder a alguma intervenção que possa ser feita no imediato, ou no mais curto espaço de tempo. Isto porque, obviamente, que a moção tem a sua validade. Obviamente, eles sabem que demorará um bocadinho. E, se calhar, houve algumas soluções já também no passado que resultaram bem. Lembra-se, por exemplo, na Estrada Nacional n.º 231, também numa zona de trágicos acidentes, até de má memória também para o nosso Concelho, junto à zona de Oliveira de Barreiros, onde foram colocadas aquelas balizas cilíndricas flexíveis que, de alguma forma, também ajudou a minorar a sinistralidade naquele ponto. Lembra-se de uma intervenção, também, muito boa, que foi feita pela Câmara, já há uns anos, no sentido de Algerás para Vilar Seco naquela curva que era chamada a curva da morte. Não sabia se a Câmara tinha presente o elevado número de sinistro que ali ocorriam, como a solução técnica que lhe parece a mais perfeita de todas. Ele, Vereador Dr. Joaquim Amaral, falou com alguns especialistas na área e, de facto, há várias soluções pacíficas. Uma delas eram estas bases cilíndricas flexíveis porque evitam que haja ultrapassagens e condicionam, um bocadinho, os próprios condutores e os motoristas. As lombas redutoras de velocidade, eventualmente, nos dois sentidos, porque muitos dos acidentes também têm a ver com o excesso de velocidade, apesar da sinalização luminosa vertical existente já, mas faria sentido, se calhar, ali lombas para ajudar a reduzir a velocidade, as tais balizas cilíndricas são mesmo o que se fala e até um reforço, digamos assim, da sinalização luminosa. Obviamente que aquilo teria que ser feito com uma autorização das Estradas de Portugal, mas isso também já foi feito no passado até por um Executivo da Autarquia nesse troço que ele, Vereador Dr. Joaquim Amaral, falou, na E.N. n.º 231, entre Algerás e Vilar Seco, que ficou, na altura, acha que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques o pode ajudar também nesse aspeto, foi feita uma solicitação da Autarquia para ficar, digamos assim, a ser responsável por aquela parte do troço entre Nelas e Vilar Seco, se a memória ali não o atraiçoa. Sendo assim, como neste País nós temos que agir mais do que estar à espera, por vezes, do Governo Central, se calhar, ponderar fazer um acordo semelhante com as Estradas de Portugal para a Autarquia poder proceder a esse efeito já de imediato, ou então mesmo, em acordo, ou com autorização das Estradas de Portugal, estas questões das balizas cilíndricas flexíveis, das lombas redutoras de velocidade e o reforço da sinalização luminosa. Já o separador central, como está ali em Vilar Seco, será uma hipótese, mesmo uma hipótese futura. Mas, para já, seriam muito razoáveis as balizas cilíndricas flexíveis e as lombas redutoras de velocidade. Depois, ainda, solicitar informação sobre o estado das estradas municipais. É óbvio que muito da deterioração das nossas estradas municipais tem a ver com as condições climáticas. Nós, parece que nunca estamos contentes



Reunião de 14/03/2018

com nada, é verdade, há dois, ou três meses falavam ali da seca extrema que assolava a Região e que tanto nos preocupava e, de momento, graças a Deus tem vindo esta chuva toda, que nos tem aumentado bastante os nossos caudais. Mas, em contrapartida, também tem ajudado a deteriorar as nossas estradas e a circulação rodoviária. Nesse sentido, sendo um dever do Município manter as normais condições de circulação rodoviária em todas as vias de comunicação do Concelho, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara e ao Executivo informação sobre as diligências a realizar pela Autarquia, nomeadamente, no que concerne à colocação de sinalização provisória de perigo nas zonas afetadas. Alguma já está, mas falta ainda em outras vias. Indicação de desvio quando for caso disso para que sirva até de alerta para os próprios condutores e para quem lá passe. E a reposição adequada das massas betuminosas nas zonas críticas que estão bastante evidenciadas. O terceiro ponto tem a ver com a questão do período para limpeza obrigatória dos terrenos, que termina amanhã, dia 15 e nesse sentido e do que se tem lido e do que se tem visto, os prazos têm sido postos em causa embora pareça haver intransigência do Governo nessa matéria, mas ainda hoje era capa de um grande Diário Português, o Público, que os Ambientalistas, os Produtores pediram a prorrogação do prazo para a limpeza dos terrenos. A questão que quer colocar é: como pensa a Câmara atuar perante este cenário, que já está a terminar amanhã? E que pensa fazer em relação aos proprietários que, eventualmente, não limpem os terrenos? Se há alguma coisa pensada nesse sentido, ou se estamos à espera de alguma indicação do próprio Estado. E se, neste campo, existe alguma equipa de fiscalização, ou se há alguma coisa que fiscalize e que veja os terrenos que não estão em cumprimento. Termina com uma solicitação que vai pôr por escrito, na última reunião também falaram nisso, que tem a ver com o pedido de uma relação detalhada dos encargos com as obras que estão a ser realizadas com a data de início das obras e a previsão de conclusão das mesmas, o valor com que foram adjudicadas, a discriminação do valor cofinanciado e de capitais próprios, os montantes que já pagos e devidamente calendarizados e as verbas que faltam ainda pagar. Vai enviar este pedido por escrito para lhe ser fornecida esta informação na próxima reunião de Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu à Senhora Vice-Presidente se lhe permitia fazer uma intervenção na sequência da intervenção do Senhor Vereador Dr. Joaquim Amaral. -----

---- A Senhora Vice-Presidente concedeu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, primeiro, queria pedir ao Senhor Vereador Dr. Joaquim Amaral, do PSD, se lhe permitia subscrever o seu último ponto, esse quarto ponto das obras, uma vez que vai fazer por escrito o requerimento potestativo nessa matéria, não sabia se era para agendamento ou se não, se o Senhor Vereador Dr. Joaquim Amaral não se importar, ele, Vereador Dr. Manuel Marques e o Senhor Vereador Júlio Fernandes, do CDS/PP, gostavam também de subscrever esse requerimento. Aliás, é uma questão que já foi levantada por ele, Vereador Dr. Manuel Marques, algumas vezes, verbalmente e o Senhor Presidente da Câmara foge sempre a dar-lhes uma resposta. Pensava não intervir no Período de Antes da Ordem do Dia mas o Senhor Vereador Dr. Joaquim Amaral levantou aí alguns problemas, que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, tem que intervir. E o Senhor Vereador Dr. Joaquim Amaral levantou aí alguns problemas pela positiva, designadamente as obras que o anterior Executivo fez em segurança rodoviária. O anterior Executivo, convenhamos até 2013. Ao contrário do vergonhoso Comunicado que o Partido Socialista lançou aí, que criou a suspeição, liderado pela Senhora Dr.^a Isaura Pedro e



Reunião de 14/03/2018

pelo CDS/PP, não sabem onde meteram o dinheiro. É isso, mais ou menos aí, qualquer leitor isento, sem qualquer facção política, ou subserviência, interpretará por esse Comunicado. Queria dizer que o CDS/PP respondeu a esse Comunicado, não foi da sua lavra, alguém respondeu, a Comissão Política, nem faz parte da Comissão Política, mas há uma resposta. E, de facto, quando o Senhor Vereador Dr. Joaquim Amaral falava nos acordos com as Infraestruturas de Portugal, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, queria só lembrar à Senhora Presidente em substituição e aos Senhores Vereadores que esse anterior Executivo fez a Rotunda de Santar, fizeram-se as Rotundas de Canas de Senhorim. Fez-se o separador central entre Vilar Seco e Algerás. Portanto, fizeram-se obras para a segurança rodoviária ao contrário deste Executivo que nada fez. Eliminaram um ponto negro na Rotunda de Santar. Eliminaram um ponto negro nas Rotundas de Canas de Senhorim, no cruzamento para Vale de Madeiros. Eliminaram um ponto negro, de má memória, naquele separador central em Algerás, onde perdemos dois grandes Amigos, a Senhora Provedora e o seu marido. Este Executivo vai no quinto ano de mandato e a nível da segurança rodoviária nada fez a não ser pôr aí umas bandas, umas borrachas no meio da estrada que não serve mais do que partir as molas dos amortecedores. Por isso, pede à Senhora Presidente substituta que dê uma resposta, que ele já pediu por escrito, para dar uma resposta por escrito ao vergonhoso e mentiroso Comunicado do Partido Socialista. A Senhora Presidente substituta tem na sua posse esse seu requerimento já há muito tempo, queira, com os Serviços, dizer publicamente e tornar público nos Órgãos Oficiais do Município, qual foi o valor das obras executadas no anterior Executivo a nível de infraestruturas para segurança rodoviária, na Educação, na Cultura, queira fazer isso, tenham a coragem de o fazer. Não lancem Comunicados vergonhosos para a população que foi aquilo que tão bem souberam fazer no mandato anterior. Essa é que é a verdade dos factos. De facto, este Executivo pôs, ainda hoje, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, lá passa todos os dias e vê um painel numa parede em Vila Ruiva ao lado do multibanco. Para quando é que avança o Lar de Vila Ruiva? Para quando é que avança o Lar de Carvalhal Redondo? Para quando é que avança o Lar de Deficientes, que este Executivo prometeu, só se via nos papéis, nas brochuras, na vossa campanha mentirosa? Quando é que este Executivo começa com essas obras? Era isso que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, gostava de saber. E que a Senhora Vice-Presidente dissesse às pessoas, às populações do nosso Concelho quanto é que o anterior Executivo, da Senhora Dr.^a Isaura Pedro, gastou no seu mandato em obras. Era ótimo pois o atual Executivo tem esses dados e sabe quais obras foram. Têm-nas aí elencadas que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, já as mandou para a Câmara. Agora só falta fazer os cálculos através da Contabilidade do Município e dizerem quanto é que se gastou e dizerem para onde é que foram os 8 milhões de euros, 9 milhões de euros, que o atual Executivo tanto apregoa, foram gastos em Assesores, também foram. Mas o atual Executivo seguiu o mesmo exemplo. Este Executivo já enxameou a Câmara com Assesores. Este Executivo já enxameou a Câmara com avenças, enxameou e continua a enxamear. -----

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Joaquim Amaral, afirmou que dentro daquilo que ela poder esclarecer, relativamente a todas as diligências que o Senhor Presidente da Câmara tem feito, já no mandato anterior e recentemente voltou a insistir com as Infraestruturas de Portugal, particularmente em relação à Estrada Nacional n.º 234, elencou algumas das medidas que também já foram solicitadas para além, também, de outras propostas, nomeadamente, de uma rotunda no cruzamento, quem corta para a Urgeiriça e outra rotunda no cruzamento quem corta para a Borgstena,



Reunião de 14/03/2018

rotundas essas que iriam, naturalmente, limitar ainda mais a velocidade com que os automobilistas cruzam essa curva tão perigosa da Estrada Nacional n.º 234. Pensa, inclusivamente, que o Senhor Presidente já prestou essa informação ali em reunião de Câmara, que, inclusivamente, os Técnicos das Infraestruturas de Portugal vulgarmente atestam que esta Estrada Nacional nem sequer é considerada como uma Estrada Nacional com uma grande sinistralidade, o que reduz, um pouco, o grau de prioridade com que eles encaram um problema que nós sentimos como altamente prioritário dentro do nosso Concelho, mas que num panorama a nível nacional, tem-lhe sido e pensa que até está num relatório por escrito, que no mandato anterior, porque este é um assunto, infelizmente, recorrente e essa falta de grau de prioridade em termos de sinistralidade que leva o Executivo a pensar: Mas será que é preciso morrer mais gente, ou haver mais acidentes, para que, de facto, possam atingir esses tais níveis de prioridade que nós não queremos atingir, para que as intervenções sejam feitas? Portanto, o que ela, Senhora Vice-Presidente, podia garantir aos Senhores Vereadores, para além dela própria já ter participado em várias reuniões com o Senhor Presidente, em outras não participou, mas ela sabe que ele as teve e esteve, inclusivamente, agendado, se não se engana, há 15 dias atrás e por impossibilidade dos Técnicos, foi revisto, mais uma reunião de pressão para esse efeito. Já foi colocada em cima da mesa uma data de soluções, que também o Executivo não gosta nada, para pressionar, como manifestações, como cortes de estrada, enfim, que de alguma maneira, aquilo que para o Executivo é altamente prioritário, possa surgir em Lisboa, nas Infraestruturas de Portugal, como visivelmente prioritário. Agradece a preocupação e sensibilidade que mais uma vez é trazida àquela mesa para àquela matéria. E garante que por parte do Senhor Presidente da Câmara tem sido insistentemente colocado todo aquilo que preocupa o Executivo, mas vai continuar a fazê-lo recorrendo, provavelmente, com diligências um bocadinho mais fortes nesse sentido. Relativamente ao estado das estradas municipais, pois, como é óbvio, com as condições, que muito gostamos, climáticas que temos assistido, obviamente que a deterioração dos pisos tendo sido maior. Como o Senhor Vereador Dr. Joaquim Amaral referiu e bem, tem sido feito algum acompanhamento, não em todos os sítios, mas isso está a ser feito gradualmente. Ela, Senhora Vice-Presidente, também sabia que estava a ser pedida uma avaliação, em termos de custos globais, para a manutenção que é exigida de forma a que o Senhor Presidente, quer por via do Orçamento Municipal, quer por via de apoios específicos para esse efeito assim consiga mais recursos para esse mesmo efeito. Ali, toda aquela área da Variante, que todos percebem que como está o piso mais deteriorado, piso esse de uma Variante que foi projetada para um conjunto de tráfego inferior àquele que, efetivamente, está a acontecer pela demora da conclusão do IC12, por exemplo e que nestas alturas do ano mais se agrava, garantir aos Senhores Vereadores que a preocupação e o nível de responsabilidade de cuidado com essa manutenção está a ser acautelado. Relativamente ao período de limpeza obrigatória dos terrenos, pois muito tem sido dito, quer na Comunicação Social, quer numa data de reuniões para este efeito. Na última reunião do Conselho da CIM foi, inclusivamente, aprovada uma moção de repúdio de todos os 14 Presidentes da CIM Viseu Dão Lafões onde a Câmara de Nelas está presente, contra, de facto, uma rigidez que a legislação, à partida, poderia implicar no sentido dos proprietários privados que não conseguissem essa limpeza dos seus terrenos e depois a responsabilidade passar, de uma forma tácita e desprotegida, para a Câmara Municipal. Está a haver uma grande pressão por parte da Associação Nacional de Municípios com o Senhor Ministro da Agricultura. Ainda hoje proferiu, mais uma vez, um conjunto de informações no sentido de salvaguardar que vai haver alguma flexibilidade no exercício



Reunião de 14/03/2018

daquilo que a legislação recente obriga. Portanto, neste momento, a Câmara Municipal de Nelas, com as suas equipas internas, que o Senhor Vereador Dr. Joaquim Amaral também lhe perguntou se o Executivo tinha alguma equipa que, de alguma maneira, salvaguardasse essa monitorização, o Executivo tem a equipa, também ela avalizada pelo Conselho Municipal de Proteção Civil. Foram feitas um conjunto de ações de esclarecimento nas Freguesias com um conjunto de Técnicos da Autarquia, Forças de Segurança, Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e de Nelas. Portanto, quer com os Técnicos internos da Autarquia, quer com os parceiros que fazem parte do Conselho Municipal e Presidentes de Junta de Freguesia, o Executivo considera que haverá condições para ter capacidade de monitorizar aquilo que não está a ser salvaguardado. No entanto, o Executivo não vai ali assumir nenhuma conclusão superior àquela que o próprio Senhor Ministro do Ambiente também não está a assumir e vão todos acreditar que terão tempo e condições para acautelar a limpeza dos terrenos cujo nível de prioridade e o nível de perigosidade assim exige. Aliás, a Câmara Municipal de Nelas, nesse sentido e até realçando o esforço que se fez em termos de zonas industriais, sempre demonstrou à Comunidade e pode continuar a garantir aos Senhores Vereadores que esse nível de preocupação sempre foi assumido e na prática, muitas vezes, até muito para além do estritamente exigido e obrigatório de limpeza, a Câmara foi fazendo com esse receio de que se não o fizesse, numa tragédia, como aquela que, de facto, também aconteceu, mas os níveis de consequências poderiam ter sido muito maiores e, portanto, sem ali assumir qualquer resposta de como é que o Executivo vai fazer, passado o prazo, o que é que a Câmara está a fazer caso haja a obrigatoriedade de aplicação de um conjunto de medidas, coimas e outras, ela, Senhora Vice-Presidente, não vai assumir qualquer tipo de resposta porque neste momento o conjunto de pressões em torno do Governo, em torno do Senhor Ministro da Agricultura, no sentido de flexibilizar aquilo que, à partida, esta legislação defende e institui. Teve já um primeiro bom resultado, que foi um resultado de preocupação generalizada de alarme de nós termos um conjunto muito maior de proprietários privados nesta altura do ano a fazer, de facto, bastantes limpezas, que noutros anos isso não acontecia, portanto, já há aqui um resultado bastante positivo e ela, Senhora Vice-Presidente, também acha que as instituições públicas, sejam elas locais, como centrais, têm que demonstrar alguma sensibilidade e alguma flexibilidade no cumprimento daquilo que é exigido. Parece-lhe a ela, Senhora Vice-Presidente, que é aquilo que está a acontecer. Relativamente à relação detalhada com as obras em curso e aqui também responder, de alguma maneira, ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, claro está que não lhe vai responder em termos de resposta a comunicados políticos, eles existem e têm sede própria para serem redigidos e para serem publicados e para serem defendidos. Mas, relativamente à listagem de obras e às informações que, em particular, assim pretendam obter, ela, Senhora Vice-Presidente, também, quer queiramos, quer não, não pode haver aqui um nível de desconhecimento global, como o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques quase que referia, tendo em conta que não só é prestado mensalmente o ponto de execução orçamental da Câmara Municipal, do Orçamento, portanto, todos os meses é possível ir avaliando o nível de despesa que é feita, quer em despesa corrente, quer em despesa de investimento. Esse nível de execução até é bastante discriminado. É possível também pela listagem de pagamentos, que em cada reunião de Câmara é prestada, também recolher algumas informações cruzadas. Na própria informação que o Senhor Presidente da Câmara leva a cada Assembleia Municipal, informação essa, não sabe se trimestral, se por semestre, do conjunto de obras, eventos e iniciativas executados, também é possível aí ir recolhendo quais são as obras em curso, qual é o volume de investimento que está a ser executado, pese embora esse conjunto



Reunião de 14/03/2018

de informação pública, o relatório de contas, se mesmo assim, naturalmente que os Senhores Vereadores consideram necessitar de mais informações específicas, se o Senhor Presidente, ciente das suas competências, de gestor público desta casa, considerar que deve prestar mais informações, pois ela, Senhora Vice-Presidente, não vê que ele, Senhor Presidente, terá dificuldade em o fazer. O Senhor Presidente saberá prestar essa informação até como tem feito, trazendo as informações à Câmara. Na maior parte das vezes tem sido essa a maneira de trazer para os Senhores Vereadores consultarem e para tirarem todos os apontamentos que assim precisarem. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral afirmou que, sobre aquilo que a Senhora Vice-Presidente hoje ali disse, ele tinha conhecimento, claro. O que estava a pedir era só a sistematização da informação, nada mais. Isso existe. É só sistematização da informação. É mais fácil o acesso à informação. Era só nesse sentido. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que então o Senhor Vereador Dr. Joaquim Amaral se ia colocar por escrito essas questões. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que sabia que nas rotundas de Canas de Senhorim, do Orçamento Municipal, o anterior Executivo gastou perto de 300.000,00 euros. No separador central, entre Vilar Seco e Algerás, a Câmara gastou, sensivelmente, 250.000,00 euros. Na Rotunda de Santar o anterior Executivo gastou 200.000,00 euros, sem qualquer comparticipação financeira a não ser nas rotundas de Canas de Senhorim, quase um milhão de euros, ou mais ou menos, faltam 50.000,00 euros para um milhão de euros. A pergunta que fazia à Senhora Presidente da Câmara substituta era se o atual Executivo está a negociar com as Infraestruturas de Portugal, para que as expensas sejam todas pagas pelas Infraestruturas de Portugal, ou se a Câmara está, ou não, disponível para, através do seu Orçamento Municipal, também colaborar nas obras que o preocupam da sinistralidade que ocorre naquelas infraestruturas rodoviárias, porque se o Executivo está só à espera que as Estradas de Portugal, ou as Infraestruturas de Portugal façam as obras a expensas deles, então aí vai morrer muito mais gente e então aí temos que responsabilizar o Executivo por essa questão porque, de facto, a Câmara tem que disponibilizar junto das Estradas de Portugal como o anterior Executivo fez no passado, porque se o atual Executivo está à espera que disponibilizem no Orçamento das Infraestruturas de Portugal, só para fazerem aquelas questões, desculpem lá a gíria, tirem daí o cavalinho da chuva que não vão longe com isso. Podia quase garantir à Senhora Vice-Presidente que fazer uma rotunda, arranjar uma alternativa, podia-lhe quase garantir que fazer uma rotunda à entrada do Hotel Urgeiriça, esqueçam e outra, só se houver aí uma grande força, força, força, força política, porque não se vislumbra que as Infraestruturas de Portugal, que os Técnicos queiram pôr mais do que uma rotunda em estradas daquelas, aliás, já lhe disseram a ele, pessoalmente, não vai dizer quem, que aquilo não é uma estrada municipal, mas uma estrada nacional. Enxamear aquilo de rotundas, não vão por aí. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, de facto, não queria falar neste assunto, mas ontem teve o cuidado de abrir o jornal e viu a Senhora Vice-Presidente numa fotografia por causa do Queijo da Serra da Estrela na Quinta da Ínsua. Muito bem e agradecia-lhe tudo o que a Senhora Vice-Presidente possa fazer sobre o Queijo da Serra da Estrela, a quem ele ali representa 3.000 sócios, alguns de Nelas, mas perguntava à Senhora Vice-Presidente o seguinte: A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, a Câmara Municipal de Mangualde, a Câmara Municipal de Gouveia, a Câmara Municipal de Penela, a Câmara Municipal de Castelo Branco, a Ancose, o Instituto Politécnico de Castelo Branco, a Estrelacoop, a Escola Superior Agrária de Viseu, fizeram um projeto, que vai sair agora o



Reunião de 14/03/2018

Aviso a partir do dia 16, que é a última reunião em Castelo Branco, vai sair um Aviso, que ronda os 2 milhões de euros, ou 3 milhões de euros, para apoio aos pastores, apoio às queijarias, apoio à promoção e divulgação do Queijo Serra da Estrela, porque era a Senhora Vice-Presidente que estava na fotografia lá com os Senhores Chefes e que lhe agradecia desde já, pergunta porque é que a Câmara de Nelas, que tem pastores e tem queijarias certificadas, pelo menos duas, que ele saiba e podem, eventualmente, vir mais, porque é que a Câmara de Nelas ficou, completamente, à margem deste projeto. Era a pergunta que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, deixava à Senhora Vice-Presidente. A segunda pergunta, ou terceira, que queria deixar à Senhora Vice-Presidente, ou quarta pergunta, é: Todos sabiam com que pompa e circunstância o Executivo anunciou a Fábrica dos Sabonetes na Variante, ali em baixo ao pé dos Estaleiros da Câmara, já lá vão, 3, ou 4 anos e ele pergunta se vai ser construída, ou se já houve, ou não, não houve, de certeza absoluta, porque ele, Vereador Dr. Manuel Marques, acompanhou de perto nas reuniões de Câmara, só se faltou a alguma reunião de Câmara onde isso tivesse acontecido, mas não vê isso porque lê as ordens de serviço, se já foi, ou não, acionada a cláusula de reversão nessa matéria. Outra questão que também fazia à Senhora Vice-Presidente era sobre o Pomar de Macieiras que eles disponibilizaram terrenos industriais para as Macieiras e também já lá vão 2, ou 3 anos e isto não saiu da gaveta, ou da gaveta, ou do folclore eleitoral. E outra pergunta que fazia à Senhora Vice-Presidente era, que esta é mais importante porque envolveu ali outro Município, é como é que está a tal Metalúrgica de Carregal do Sal? Quando é que ela vem instalar-se nos terrenos dos Fornos Elétricos? Quando é que vem? Quando é que se instala lá? Porque aquilo não é da Câmara. Nem, sequer, comprado está. O Executivo trouxe esse assunto à Câmara. Os Senhores Vereadores, para não serem acusados de bandidos e de Bin Laden,s, por força e por coacção, votaram a cedência do terreno. A pergunta que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, faz à Senhora Vice-Presidente é, quando é que esta Metalúrgica se instala nos terrenos dos Fornos Elétricos em Canas de Senhorim? Porque parece-lhe que já não se vai instalar. Parece-lhe que já não se vai instalar. Vai acontecer como aconteceu com a Azurmetal, que fizeram ali um folclore que vinha para aí uma fábrica de Mangualde. E hoje, felizmente, ou infelizmente, mas infelizmente porque a sua vida política é em Nelas e em Mangualde é profissional, infelizmente não se instalou em Nelas, está-se a instalar nas antigas instalações do Alberto Gaspar, aquela serração à entrada de Mangualde. A pergunta que ele fazia à Senhora Vice-Presidente era onde é que estavam estas cláusulas de reversão, ou se para estes não houve cláusulas de reversão não existe? Só existe para outros? Só existiu para o Senhor de Senhorim e para outros. E o folclore que o Executivo fez, que até o quiseram quase constituir arguido pelo processo da AISI, que hoje, em 5 meses, de facto, foi excepcional a forma humanitária e a forma logística com que ele serviu a Ancose e os pastores de toda uma Região. E, como é que está essa história de Carregal do Sal? Se a Metalúrgica vem, ou não vem, ou foi só um folclore mais eleitoralista à bela maneira do atual Executivo, se isto caiu pela base? Eram estas perguntas que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, gostava de ver respondidas. -----
---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que, ainda em relação à Estrada Nacional n.º 234 e ela acha que a experiência do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques merece o seu maior respeito para achar se é possível lá construir rotundas, ou não. Aquilo que os Técnicos das Estradas de Portugal, ou das Infraestruturas de Portugal foram dizendo ao atual Executivo foi que não era impossível, mas carecia de um estudo, carecia de uma avaliação, enfim, etc., etc. Compararmos também valores que já foram investidos noutras infraestruturas, sejam elas rotundas, ou estradas, de outro Executivo, ou até comparar com aquilo que é feito noutros



Reunião de 14/03/2018

Municípios, isso também não é relevante para o efeito concreto, até porque não é comparável. O Executivo não sabe as necessidades de investimento que uma determinada intervenção vai exigir, se é comparável com outras, mas também não é isso que é relevante. Que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques acreditasse que o Executivo não estará à espera para não fazer investimentos a expensas do Orçamento Municipal. O Executivo quer é fazer investimentos bem feitos e, se possível, com o apoio e com o pagamento de quem compete essas mesmas despesas. Ela, Senhora Vice-Presidente, acredita que também, a breve prazo, possa haver alguma decisão nesse sentido. Relativamente à fotografia que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques viu e ela não estava com outros Chefes, estava com outros Presidentes de Câmara, falavam nos Chefes, mas não estava à beira dos Chefes. O evento Queijo da Serra da Estrela à Chefe é um evento que pela quarta vez é promovido pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, da qual não faz parte Oliveira do Hospital, nem Penela, nem outros Municípios que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques falou, portanto, são os 14 Municípios da CIM Viseu Dão Lafões, aliás, ele não está aqui ainda, mas na próxima reunião de Câmara ela pede ao Senhor Presidente para trazer o protocolo que foi assinado na CIM para os Senhores Vereadores analisarem os princípios que estão na base deste evento. Mas é um evento que, pela quarta vez é promovido pela CIM Viseu Dão Lafões com o apoio do Turismo do Centro, com o apoio do Grupo Visabeira, até porque ele decorre, em termos de infraestruturas, no Hotel Casa da Ínsua. Considera-se ser um evento, absolutamente, diferenciador para a dimensão e a dinâmica que é o produto endógeno que é o Queijo Serra da Estrela para os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões. É desenvolvido com um conjunto de critérios, de condições, de dinâmica mediática com jornalistas, com Chefes Estrelas Michelin, enfim aquilo que os Senhores Vereadores sabem que, de alguma maneira é feito para valorizar o produto e valorizar o produto numa lógica de promoção territorial e de turismo e tem sido esses os princípios que têm sido defendidos. É um projeto financiado pela CCDR Centro através do Turismo do Centro e, portanto, os custos que tem para as Câmaras, estes custos estão evidenciados no protocolo que ela trará. Não é um valor, de maneira nenhuma, demasiado alto. Nada tem a ver com o projeto que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques lhe referiu, que ela, Senhora Vice-Presidente, fica muito satisfeita que ele exista. Não faz a mínima ideia porque é que a Câmara Municipal de Nelas não foi convidada para participar no projeto. Não sabe qual é a candidatura à qual ele vai ser colocado. Faz votos para que essa candidatura seja bem-sucedida. Toda a Região do Queijo DOC Serra da Estrela tem a ganhar com a mesma, os queijeiros, as queijarias, o Turismo. Se envolve Instituições do Ensino Superior, melhor ainda. Certamente, induz critérios de inovação e de investigação em torno de um produto que, por si só, já é extraordinário, mas que pode e tem um grau de inovação e de modernidade muito grande. Ela, Senhora Vice-Presidente, não sabe responder ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques porque é que a Câmara Municipal de Nelas não faz parte, mas o Executivo não foi informado, nem convidado, não sabe se é a Ancose que é a entidade que concebeu esse projeto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques informou a Senhora Vice-Presidente que eram abrangidos todos os queijos da Serra da Estrela, Queijos do Rabaçal, da Câmara Municipal de Penela e abrange os queijos da Beira Baixa. Fica admirado porque é que o seu Concelho, que tem duas queijarias licenciadas, que produzem e com prémios já garantidos no estrangeiro, porque isto trata-se de uma modernização e de uma promoção internacional e nacional do produto e se não houver, para aí 500.000,00 euros, para essa parte, mas a outra parte, 1,5 milhões de euros, é para a produção e para os pastores, ele, Vereador



Reunião de 14/03/2018

Dr. Manuel Marques, pergunta porque é que a sua Câmara, a Câmara do seu Concelho não interveio nesta matéria, quando andamos a fazer bem, mas não podemos fazer uma promoção do queijo se ele não for produzido e aí a Câmara de Nelas fugiu. Gostava que a Senhora Vice-Presidente averiguasse porque é que a Câmara de Nelas não faz parte desse projeto. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que a questão, conforme foi colocada pelo Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, não tem resposta. Aliás, se a Ancose tivesse contactado a Câmara de Nelas, de certeza que iríamos participar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que a Ancose foi chamada ao processo e que o Aviso da CCDR Centro vai sair dentro de 2, 3 dias, 4 dias. Na última reunião, em que vão aperfeiçoar todo o Aviso, vai ser em Castelo Branco, no dia 16, sexta-feira, onde estará a Ancose e estarão as demais Câmaras. E ele fica preocupado porque é que a Câmara de Nelas, que tanto se preocupou com os pastores e com os queijos, que até lhe vieram dizer que a Câmara de Nelas ia apresentar uma lista alternativa ao Presidente da Direção da Ancose, Dr. Manuel Marques. Não o conseguiram porque a Ancose não vive só do Concelho de Nelas, vive de 18 Concelhos na Região Demarcada, não era fácil fazermos qui um caciquismo e resolver o problema. Não é fácil. Porque é que a Câmara de Nelas não se preocupou com este projeto de extrema importância para a análise e para a investigação? -----

---- A Senhora Vice-Presidente pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que a deixasse só dizer uma coisa. Há imensos projetos a acontecer no País. O Executivo não os conhece todos. Ela lance-lhe é o desafio ao contrário. Porque é que a Ancose não envolveu as Câmaras do território de influência da Ancose? Porque é que a Ancose não faz, precisamente, esse convite à Câmara Municipal de Nelas para estar presente nas reuniões e fazer parte do projeto? O Executivo não consegue perceber, nem estar a par dos projetos todos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu que a Senhora Vice-Presidente estava enganada. A Ancose foi convidada. A Ancose é co-promotora. Que a Senhora Vice-Presidente não responsabilizasse a Ancose. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, tem que responsabilizar o Município de Nelas, que isto passou-lhe ao lado. Porque razões? Por negligência? Intencional? Com dolo? Isso é que ele não sabe. -----

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que não tinha que passar ao lado se a Ancose convidar a Câmara de Nelas. Se a Ancose convidar a Câmara de Nelas a fazer parte do projeto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, mais uma vez, pedia o favor à Senhora Vice-Presidente de não responsabilizar a Ancose por um erro grave, grosseiro, ou doloso, de não fazer parte deste projeto. -----

---- A Senhora Vice-Presidente respondeu que isso considerava o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. Então, se lhe estava a dizer que a Câmara de Nelas não foi convidada. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que a Ancose foi chamada ao processo e o Executivo de Nelas também deviam ser promotor deste processo, porque a Ancose é co-promotora, com a COAPE de Mangualde e com a Estrelacoop. A Câmara de Nelas fugiu, porque razões? Por negligência? Por Intenção? Era isso que ele queria saber que a Senhora Vice-Presidente da Câmara lhe dissesse. -----

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que não lhe podia responder quando o Senhor Vereador insinua com palavras que não são, de maneira nenhuma, verdadeiras. Ela, Senhora Vice-Presidente, até lhe está a dizer assim. Pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques para a deixar responder e para ver se conseguiam fazer a reunião. Ela até lhe disse que ficou muito satisfeita com o projeto. Tinha



Reunião de 14/03/2018

pena de não fazer parte dele. O Executivo desconhece completamente que projeto é. E a única coisa que ela, Senhora Vice-Presidente, lhe sabia dizer era: Uma vez que a Ancose está dentro do projeto e sabe mais alguma coisa, então, pede ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, informação sobre o projeto, enquanto Câmara Municipal. Se o Aviso vai abrir, ainda nem sequer abriu, claro que a Câmara de Nelas pode fazer parte do projeto. É assim que funciona. Então, ela, Senhora Vice-Presidente, fica a aguardar a informação que a Ancose possa enviar à Câmara de Nelas. Então o Executivo pede a outras entidades. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que a Ancose é co-promotora. -----

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara afirmou que, então, o Executivo pede a outras entidades. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que neste processo o Executivo agiu de forma premeditada. Que a Ancose pediu subsídios e taça e a Câmara de Nelas foi a única Câmara da Região Demarcada que fizeram concorrência à Ancose, aliás teve que o Senhor Ministro que teve de intervir junto do Senhor Presidente da Câmara para devolver à Ancose a razão que desviaram para ali. -----

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques se podia continuar a reunião porque isso não era assunto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou se desviaram, ou não desviaram, dois camiões, ali em baixo, depois tiveram que os levar lá acima, à plataforma logística da Ancose. Perguntou se foi mentira, que descarregaram, ou não descarregaram. Perguntou onde é que foi descarregado e depois onde é que foi carregado, que até foi o Senhor Secretário de Estado que ligou para a Câmara de Nelas, que o Chefe de Gabinete mandou um e-mail a dizer: Desculpem lá, mas essa razão não é para vocês, é para a Ancose. Perguntou quem é que fez isso. O Executivo de Nelas vê a Ancose como uma concorrente pelo facto do seu Presidente ser o Dr. Manuel Marques, como vêm os Bombeiros, como vêm qualquer Associação de que o Executivo não faça parte, são inimigos. -----

ORDEM DO DIA

1 – ÓRGÃOS DA AUTARQUIA

(67/2018/03/14)1.1.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2018

---- A Senhora Vice-Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores tinha alguma coisa a apontar relativamente ao texto desta ata, que lhes foi enviada. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal, realizada em 28 de fevereiro de 2018. -----

2 – OBRAS PÚBLICAS

(68/2018/03/14)2.1.SISTEMA INTERCETOR – ALTERAÇÃO DOS TRAÇADOS DOS COLETORES GRAVÍTICOS CG710 E CG810 – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 1712, datada de 08/03/2018, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, que a seguir se transcreve: -----

---- “Sistema Intercetor – Alteração dos traçados dos coletores gravíticos CG710 e CG810 ----



Reunião de 14/03/2018

---- I. Foi solicitado pelo empreiteiro, em conformidade com o disposto na clausula 23º do Caderno de Encargos, a alteração dos traçados relativa aos coletores gravíticos CG710 e CG 810, para os quais o projeto de execução prevê a abertura de valas com profundidades até 10m de profundidade na estrada municipal EM 643 (Estrada velha de Carvalhal Redondo) levando a que para a execução deste trabalho seja necessário proceder á interrupção total do trânsito, recurso a meios de movimentação de maciços rochosos com eventual utilização de explosivos, sendo que a proposta alternativa reduz os riscos de execução e constitui uma mais valia em matéria de segurança. Após consulta ao projetista foi autorizado por este que o empreiteiro desenvolve-se uma solução alternativa. A solução apresentada foi analisada pela fiscalização a qual emitiu parecer (em anexo). -----

---- II. A fiscalização considera que a solução apresentada é exequível e permite obter uma menor valia de -77.651,65 €, valor que resulta da dispensa de escavação de maciço rochoso de 10 m de profundidade, alteração do material previsto de tubagem em FFD (Ferro Fundido Dúctil) para PPC (Polipropileno Corrugado) e redução de área de pavimentos betuminosos. No entanto, com esta alteração é necessário avaliar os custos com a obtenção de autorizações de passagem nos terrenos particulares bem como se a mesma não põe em causa o prazo de execução da empreitada e consequentemente a entrada em funcionamento da ETAR de Nelas III. -----

---- Face ao exposto, a fiscalização é de parecer favorável á alteração do traçado desde que o processo de expropriações não ultrapasse o valor de menor valia obtido com a alteração do traçado e não comprometa o prazo de execução da empreitada. -----

---- III. De acordo com o estipulado no nº 1 do artigo 373º do D.L 18/2008 de 29 de Janeiro, apresenta-se em anexo o 1º Orçamento de trabalhos a mais a preço contratual, cujo valor é de 63.708,35 € (S/IVA), o 1º Orçamento de trabalhos a menos cujo valor é de -157.127,96 € (S/IVA) e o 1º Orçamento de trabalhos a mais a preços a acordar cujo valor é de 15.767,96 (S/IVA). -----

---- Mais informo que de acordo com o nº 2 do art.º 370º do D.L 18/2008 de 29 de janeiro, não pode ser ordenada a execução de trabalhos a mais quando: -----

---- - Tendo o contrato sido celebrado na sequência de procedimento de ajuste direto ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 19º, o somatório do preço contratual com o preço atribuído aos trabalhos a mais, incluindo o de anteriores trabalhos a mais, seja igual ou superior ao referido naquela alínea; -----

---- - Tendo o contrato sido celebrado na sequência de concurso publico ou de concurso limitado por prévia qualificação e o somatório do preço contratual com o preço atribuído aos trabalhos a mais, incluindo o de anteriores trabalhos a mais, seja igual ou superior ao valor referido na alínea b) do artigo 19º, o anuncio do concurso não tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia; -----

---- - O preço atribuído aos trabalhos a mais, incluindo o de anteriores trabalhos a mais, ultrapasse 40 % do preço contratual. -----

---- Atendendo a que o valor dos trabalhos a mais (79.476,31 €) é inferior ao valor dos trabalhos a menos (-157.127,96 € (S/IVA) estão cumpridas as condições previstas no nº 2 do artº 370º do D.L 18/2008 de 29 de janeiro. -----

---- IV. Em conformidade com o previsto no artigo 40º e 43º do CCP, aprovado pelo decreto-lei 18 /2008 de 29 de Janeiro compete ao órgão competente para a decisão de contratar a aprovação das peças do procedimento para a formação de contratos, nas quais se incluem o projeto de execução. -----



Reunião de 14/03/2018

---- V. Assim, submete-se a V. Ex.^a a aprovação da alteração do projeto de execução relativa aos traçados dos coletores gravíticos CG710 e CG810 e a aprovação de trabalhos a mais no valor de 79.476,31 € (S/IVA). -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração de V.^a Ex.^a.” -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que, de acordo com aquilo que ela podia informar os Senhores Vereadores, mas que, sumariamente, está no Despacho do Senhor Presidente na informação interna que consta da informação que foi enviada aos Senhores Vereadores, basicamente, o empreiteiro faz uma avaliação e uma proposta de alteração do traçado de construção do Sistema Intercetor, proposta esta de alteração que, depois de devidamente analisada também pelos Serviços Técnicos e tendo em conta, sobretudo, a não mais-valia em termos de poupança financeira desta alteração e o prazo poder, de facto, ser ultrapassado tendo em conta que esta obra tem que estar concluída em outubro de 2018, sobretudo para efeitos de prestação de contas com o PO SEUR, mas também e isso preocupa o Executivo, para corrigir situações de contraordenações orçamentais penosas para a Autarquia, que esta obra vai permitir. Portanto, aquilo que o Senhor Presidente propõe à Câmara é que esta alteração, pese embora, fundamentada, uma vez que ela não satisfaz as duas questões que ela, Senhora Vice-Presidente, colocou aos Senhores Vereadores anteriormente, ele, Senhor Presidente, propõe à Câmara que esta alteração não seja aprovada, dando seguimento à infraestruturas e à obra de acordo com os mapas validados, aprovados e traçado decidido nesse sentido. Perguntou aos Senhores Vereadores se tinham alguma questão. De seguida, a Senhora Vice-Presidente leu o Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 09 de março de 2018, exarado na informação interna n.º 1712, datada de 08 de março de 2018, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, atrás descrita, cujo Despacho a seguir se transcreve: “Considerando que o prazo de execução da empreitada é Outubro de 2018; a imperiosa necessidade de ter em funcionamento a ETAR e Sistema Intercetor face à licença provisória de descarga, quer na Ribeira de Travassos, quer na Ribeira da Pantanha, que assim ficaria em risco face às variáveis das expropriações (por vezes e previsivelmente maiores) e atendendo ao escasso trânsito existente na referida via, proponho que esta alteração não seja aprovada e se cumpra o inicialmente projectado.” -----

---- O Senhor Vereador Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral afirmou que subscrevia, na íntegra, a proposta do Senhor Presidente da Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, se não fosse a proposta do Senhor Presidente da Câmara, ia votar contra esta alteração e que estava esclarecido. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, reprovar a alteração do projeto de execução do Sistema Intercetor relativa aos traçados dos coletores gravíticos CG710 e CG810, nos termos da informação interna n.º 1712, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, atrás descrita. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral afirmou que concorda com o teor do Despacho do Senhor Presidente da Câmara e vota contra a proposta de alteração. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, tendo ali uns trabalhos a mais, no valor de 79.000,00 euros e nada lhe garante, nada lhe garante, pede desculpa pela suspeita, ou pela insinuação, que possam ali considerar, nada lhe garantia que isto não fosse uma forma de viciar o concurso. Mas estava esclarecido. -----

3 – DIVERSOS



Reunião de 14/03/2018

(69/2018/03/14)3.1.MUNICÍPIO DE VILA REAL – PROPOSTA DE MOÇÃO DE APOIO AO “MOVIMENTO PELO INTERIOR – EM NOME DA COESÃO” – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO

---- Presente um e-mail, datado de 12 de fevereiro de 2018, do Gabinete de Atendimento Permanente do Município de Vila Real, que a seguir se transcreve: -----

---- “Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

---- Moção de apoio ao “Movimento Pelo Interior – em nome da coesão” -----

---- Solicita-me o Presidente do Município de Vila Real, Rui Santos, que lhe remeta uma proposta de moção de apoio ao “Movimento Pelo Interior – em nome da coesão”, em anexo.

---- Este movimento apartidário e abrangente procurará, no espaço de 12 anos ou três legislaturas, contribuir para a criação de políticas públicas que contrariem ou atenuem alguns dos problemas estruturais das regiões de baixa densidade, normalmente associadas ao interior do nosso país. De acordo com a resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 22 de janeiro, o Programa Nacional para a Coesão territorial incide sobre 165 municípios, dos 308 que compõem o país. Ou seja, mais de metade da totalidade dos municípios portugueses podem ser caracterizados como sendo de interior. -----

---- Assim, caso V/ Exa. considere pertinente, poderá propor a aprovação do texto em anexo (ou uma adaptação do mesmo) ao seu Executivo Municipal e/ou à Assembleia Municipal do seu concelho. -----

---- Sem mais de momento e com os melhores cumprimentos.” -----

---- Moção de Apoio ao “Movimento Pelo Interior – em nome da coesão” -----

---- Um grupo de personalidades constituído por autarcas, académicos e empresários, lançou recentemente o “Movimento pelo Interior – em nome da coesão”. Os primeiros sete subscritores do movimento são: -----

---- - Álvaro Amaro, Presidente da Câmara Municipal da Guarda e Presidente dos Autarcas Social Democratas; -----

---- - Rui Santos, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real e Presidente da Associação Nacional dos Autarcas Socialistas; -----

---- - António Fontainhas Fernandes, Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas; -----

---- - Nuno Mangas, Presidente do Instituto Politécnico de Leiria e Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos de Portugal; -----

---- - Fernando Nunes, Empresário e Presidente do Grupo Visabeira; -----

---- - Rui Nabeiro, Empresário e Fundador do Grupo Delta; -----

---- - José Silva Peneda, ex-Presidente do Conselho Económico e Social. -----

---- Este movimento apartidário e abrangente procurará, no espaço de 12 anos ou três legislaturas, contribuir para a criação de políticas públicas que contrariem ou atenuem alguns dos problemas estruturais das regiões de baixa densidade, normalmente associadas ao interior do nosso país. De acordo com a resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 22 de janeiro, o Programa Nacional para a Coesão territorial incide sobre 165 municípios, dos 308 que compõem o país. Ou seja, mais de metade da totalidade dos municípios portugueses podem ser caracterizados como sendo de interior. -----

---- Portugal é um país que, apesar de relativamente pequeno, apresenta uma enorme diversidade de realidades no seu território. Esta diversidade verifica-se ao nível dos costumes, da orografia, ou da cultura. No entanto, as grandes diferenças entre territórios, aquelas que



Reunião de 14/03/2018

nos devem preocupar enquanto país e nomeadamente enquanto autarcas, são as que se verificam ao nível do desenvolvimento, quer desenvolvimento social, quer desenvolvimento económico, passando naturalmente pelas questões demográficas, etárias, das acessibilidades, do emprego e da competitividade, entre outros. -----

---- Entre 1960 e 2011, a população residente portuguesa aumentou aproximadamente 20%, passando de 8.292.500 para 10.047.621 habitantes. No conjunto dos territórios do interior a tendência é inversa. Verifica-se, para o mesmo período, uma perda na ordem dos 30% de população. -----

---- Portanto, o primeiro problema estrutural que o interior deve enfrentar é o da perda de população. Para contrariar esta realidade é necessário promover a fixação daqueles que ainda resistem nesta parte do território e a atração de novos habitantes. Esta abordagem dual, de não só fixar os residentes, como atrair novos residentes, está relacionada diretamente com o segundo problema que enfrentamos: o envelhecimento da população. -----

---- Analisando os últimos 30 anos, entre 1981 e 2011, a população jovem regrediu 11%, a população ativa aumentou sensivelmente 1%, e a população idosa cresceu quase 10% no conjunto dos concelhos de Portugal continental. -----

---- E como assistimos a uma perda importante de população em volume, que leva a uma diminuição da densidade populacional e do número de utentes de serviços públicos, os gestores dos vários serviços centrais, baseados nas sua folhas de Excel, cortam! Diminuem a presença do estado e dos serviços públicos no interior, desprezando o facto de diminuírem a qualidade de vida nestes territórios e de provocarem, em última análise, a continuação do ciclo de perda de população. -----

---- Como exemplo, refira-se que, apenas nos últimos 5 anos, o país perdeu 1808 estabelecimentos de ensino, dos quais 1027 foram no interior. Relativamente às unidades de saúde de proximidade (extensões de saúde), o país perdeu cerca de 117 unidades, 50 das quais nos territórios do interior. -----

---- Estes são apenas alguns dos indicadores que demonstram a existência de um país a várias velocidades, onde a coesão territorial e convergência interna não existem e demonstram uma tendência de degradação, se nada for feito. Todo este contexto social e demográfico, associado a problemas de acessibilidade, ao desinvestimento por parte do estado central e à falta de políticas públicas descentralizadoras, criaram no interior do país o estigma de uma região desinteressante do ponto de vista económico, onde a atração de investimento é difícil e onde a geração de emprego e riqueza não é comparável à faixa litoral de Portugal. -----

---- A elevada concentração empresarial, industrial, de serviços e consequentemente de população nas áreas metropolitanas, criou uma série de constrangimentos a nível social e de planeamento. Verifica-se que uma parte significativa da perda de população do interior advém de migrações desta para a zona litoral, mais desenvolvida e percebida como geradora de mais oportunidades. Como é hoje evidente, a excessiva concentração de população em determinadas áreas urbanas, nomeadamente as áreas urbanas de maior dimensão, é potenciadora da existência de problemas sociais, da sobrecarga de serviços de saúde, de escolas e serviços educacionais, de redes de apoio social, entre outros. A gestão destes territórios começa a afigurar-se como extremamente difícil, extremamente cara e absolutamente desviada de qualquer conceito de qualidade de vida. -----

---- Como se vê, portanto, ignorar uma parte significativa do território nacional, ou dificultar a permanência nestas zonas de pessoas e negócios, é mau para o interior e é igualmente mau para o litoral. A defesa do interior e da sua convergência nunca poderá ser encarada como



Reunião de 14/03/2018

adversária, mas sim complementar do desenvolvimento do litoral e conseqüentemente do País como um todo. -----

---- Por tudo o acima descrito, o Município de _____, consciente desta realidade e da urgência em promover uma inversão da mesma, declara o seu apoio ao “Movimento Pelo Interior – em nome da coesão”, acreditando que está reunido um conjunto de personalidades que conhece o território e tem capacidade e competências para atuar, concretamente, na alteração do paradigma do interior de Portugal. -----

----- _____, _____ de fevereiro de 2018”. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que o Executivo recebeu uma proposta de Moção de Apoio ao “Movimento Pelo Interior – em nome da coesão”, enviada pelo Município de Vila Real e é trazida à Câmara para discussão e deliberação, no sentido da Câmara Municipal de Nelas integrar, precisamente, este conjunto de intenções em defesa do Interior, da coesão territorial, que é protagonizada por este Movimento, Movimento este do qual faz parte um conjunto de individualidades descritas, resumidamente, no anexo que foi enviado aos Senhores Vereadores. Ainda ontem tiveram mais uma reunião na Covilhã e vão tendo aqui uma agilidade cívica de pressão e de efetivação de um conjunto de medidas objetivas, frontais, de defesa do Interior e, portanto, punha à consideração dos Senhores Vereadores a Câmara subscrever também esta Moção, esta participação, neste “Movimento Pelo Interior – em nome da coesão”. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral afirmou que estava, nitidamente, de acordo em subscrever a Autarquia de Nelas num Movimento que, de facto, pode ser uma mola impulsionadora que faltava para as assimetrias que se têm verificado serem debeladas. Portanto, aprova, subscreve a intenção da Autarquia em participar no “Movimento Pelo Interior – em nome da coesão”. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a subscrição da Moção de Apoio ao “Movimento Pelo Interior – em nome da coesão”, atrás descrita, proposta pelo Município de Vila Real, e submete-la à aprovação da Assembleia Municipal. -----

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara que, então, é aprovada, por unanimidade, a participação da Câmara Municipal de Nelas, assinando a Moção que é enviada e participando, inteiramente e convictamente, no “Movimento Pelo Interior – em nome da coesão”. -----

3.2.ERSAR – ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS – PARECER SOBRE O TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO E SANEAMENTO PARA 2018 – CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS – CONHECIMENTO

---- Presente o ofício n.º 595/2018, datado de 22 de janeiro de 2018, da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, que envia, em anexo, um parecer sobre o tarifário dos serviços de abastecimento e saneamento para 2018, da Câmara Municipal de Nelas, para conhecimento. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que é trazido à Câmara apenas para conhecimento o relatório que foi enviado ao Executivo pela ERSAR, o seu parecer sobre o tarifário dos serviços de abastecimento e saneamento para 2018, da Câmara Municipal de Nelas. Ela, Senhora Vice-Presidente, julga que o texto deste parecer é bastante esclarecedor em virtude da urgência da revisão do tarifário dos Serviços de Abastecimento e Saneamento da Câmara Municipal de Nelas. Esta mesma urgência levou a que o Senhor Presidente da Câmara solicitasse promover a realização do estudo do tarifário. Foi já aberto o procedimento para o ajuste da realização deste mesmo estudo. Prevê-se que no prazo de seis meses o mesmo seja



Reunião de 14/03/2018

conseguido e nessa fase será trazido à Câmara para análise, para aprovação, para correção, na sequência da qual será enviado à Assembleia Municipal, sabendo o Executivo, sobretudo por aquilo que é ali descrito, tendo em conta o desajustamento do volume de investimento em curso nestas necessidades e aquilo que, percentualmente, o tarifário tem que garantir, que é dito até na última página, em matéria de relação percentual de cobertura de gastos, cobertura de gastos – exploração, cobertura de gastos por via tarifária e cobertura de gastos – exploração por via tarifária, da necessária adequação, ajustamento, revisão deste mesmo tarifário, em prejuízo, de facto, da Câmara Municipal de Nelas poder incorrer nalgum incumprimento e isso trazer consequências menos positivas, nomeadamente nos reembolsos dos fundos comunitários associados aos investimentos em curso em matéria de saneamento, em particular, e também de abastecimento. Dirigindo-se aos Senhores Vereadores, a Senhora Vice-Presidente afirmou que este é um relatório que é trazido para conhecimento, contudo se tiverem alguma dúvida, alguma questão a colocar, que estivessem à vontade. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, na sua modesta opinião, isto é um apalpar o pulso aos Vereadores e, conseqüentemente, à população. Um apalpar de pulso para estarem a preparar a população e preparar os Vereadores, previamente, para o aumento da fatura da água. É isto que se pretende. É isto que se quer. E começamos aqui atrás, atrás, atrás. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, até pensou que era a ERSAR que tinha mandado isto, mas foi um pedido que a Câmara lhe fez. E a Câmara fez esse pedido porque ele sabe que a Câmara vai aumentar a fatura da água, porque ele sabe que a Câmara Municipal vai ter que pagar, ou melhor, os Cidadãos vão ter que pagar 1,5 milhões de euros para manutenção da nova ETAR que, por uma teimosia do Senhor Presidente da Câmara, não fez por gravidade, mas fez por bombagem. Recorda que o Senhor Vereador do PSD até disse à data que passaríamos a ser um Concelho a bombar. E vai ser um Concelho a bombar com os encargos que isto tem, que vão sair dos bolsos dos Contribuintes. Dirigindo-se à Senhora Vice-Presidente da Câmara, o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques afirmou que pode o Executivo, a terminologia não é sua, já foi usada ali naquela Mesa e não por ele, o Executivo pode fazer o pino, pode fazer o que quiser, mas com o voto, pelo menos do Vereador do CDS, Dr. Manuel Marques e certamente, o Senhor Vereador Júlio Fernandes, também o terá, não votará favoravelmente qualquer aumento da fatura da água. Até porque ele sabe, até porque ele sabe, por um trabalho que tem feito, que não dá prejuízo ao Município, até porque ele sabe isso. E os Senhores querem é agora vir a correr, arranjar para aqui um parecer e depois na sequência deste parecer sujeitar aqui a votação de Câmara o aumento das tarifas da fatura da água e dos resíduos sólidos. Dirigindo-se à Senhora Vice-Presidente da Câmara, o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques afirmou que, enquanto pagarmos anualmente 400.000,00 euros de avenças a amigos, enquanto pagarmos anualmente 100.000,00 euros de rallies, enquanto pagarmos 100.000,00 euros, ou 200.000,00 euros, ou 300.000,00 euros de publicidade, enquanto pagarmos o aumento do pessoal político nesta Autarquia, o Vereador do CDS não votará favoravelmente essa proposta. Isto, de facto, é para conhecimento, mas é uma manobra inicial para que os Senhores Vereadores se vão habituando para votarem favoravelmente com o Executivo. Já deu conta que o Executivo até diz: Cuidado, pode-se pôr aqui em causa o projeto dos financiamentos. Levanta a seguinte pergunta: Quando foi feito o estudo para os projetos europeus serem cofinanciados pela parte financeira do Orçamento do Município, a pergunta que deixa é esta, foi com as tarifas antigas, ou com as tarifas depois, com as novas tarifas? Então, mas o Executivo quer ir para a rua dizer que vai, ou vai perder algum financiamento pela não execução na calendarização das obras? Pela não execução do



Reunião de 14/03/2018

calendário dos projetos? E querem imputar aos malandros dos Vereadores, felizmente agora não o podem imputar porque agora o Executivo tem a maioria. No passado, o Executivo dizia: Eu não faço obra porque os Senhores Vereadores Adelino Amaral, Dr. Alexandre Borges, Dr. Manuel Marques e Dr.^a Rita Neves não deixam. Mas hoje o Executivo tem condições para o fazer. Avancem, assumam a responsabilidade de querem triplicar a fatura da água aos Cidadãos do seu Concelho. Assumam isso. Mas assumam-no com a vossa clarividência, ou se não for com a vossa clarividência, será o PSD, ou será o CDS, não sabe, mas pelo menos o CDS será a desmontar esta manobra do Executivo. Enquanto houver estes gastos todos, que são supérfluos dos impostos dos seus Concidãos, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, votará sempre contra, contra, contra, nem que seja um cêntimo, do valor da fatura da água. -----

---- A Senhora Vice-Presidente perguntou ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques se já tinha terminado. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu à Senhora Vice-Presidente que já tinha terminado e agradeceu-lhe esta oportunidade que lhe tinha dado. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques confunde tanta coisa que ela nem sabe por onde é que há-de começar a responder-lhe. Mas como também não pôs nenhuma questão, ela não lhe vai responder a nada e, portanto, ficaram a saber aquilo que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques pensa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu à Senhora Vice-Presidente que quando vier o aumento da fatura da água depois conversam. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral afirmou que tinha algumas reservas também sobre o assunto, algumas que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques também evidenciou. No entanto, vai aguardar também pelo estudo que está a ser feito. O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques fez a leitura política, há algumas questões que ele, Vereador Dr. Joaquim Amaral, também subscreve, mas vai aguardar pelo relatório que haverá de chegar nos próximos seis meses, embora lhe pareça que muito do solilóquio do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques poderá vir a ser evidenciado. -----

---- A Câmara tomou conhecimento do parecer da ERSAR-Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos sobre o tarifário dos serviços regulados de abastecimento de água e saneamento para 2018, prestados pelo Município de Nelas. -----

(70/2018/03/14)3.3.CONTRATO DE CONSÓRCIO – PROVERE “VALORIZAÇÃO DAS ESTÂNCIAS TERMAIS DA REGIÃO CENTRO” – 2.^a FASE – RATIFICAÇÃO

---- Presente um Contrato de Consórcio – PROVERE “Valorização das Estâncias Termas da Região Centro” – 2.^a Fase, celebrado em Coimbra, em 07 de abril de 2018, entre a ADDLAP – Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva; ADICES – Associação de Desenvolvimento Local; ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul; ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira; Amélia Marques, Ld.^a; Associação de Hoteleiros e Similares de São Pedro do Sul; CIM-BSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela; Companhia das Águas da Fonte Santa de Monfortinho, S.A; Companhia das Águas Mediciniais da Felgueira, SA; CRAPTUR – Apartamentos Turísticos, Unipessoal, Ld.^a; Fitness Lafões Club; Fornos Vida – Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, SA; Fundação INATEL; GDTP – Grupo de Desenvolvimento das Termas de Portugal; Grande Hotel do Luso, SA; Indústria Termal de Monte Real, SA; João Pedro Oliveira Marques Mouro; Municípios de Anadia, Covilhã, Mealhada, Caldas da Rainha, Almeida, Castro Daire, Idanha-a-Nova, Mação, Manteigas, Meda, Nelas, Óbidos, Oliveira do Hospital, Penamacor, São



Reunião de 14/03/2018

Pedro do Sul, Soure, Viseu, Sabugal e Tondela; Natura – Empreendimentos, SA; O Banho – Sociedade Hoteleira, Ld.ª; Pinhal Maior; Predial das Termas, Ld.ª; Prementidela – Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, Ld.ª; Prospergália, SA; Raia Histórica – Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira; Sociedade de Águas da Curia, SA; Sociedade Hoteleira das Termas do Carvalho, SA; Sociedade Malo Clinic Luso Termas & Spa, Ld.ª; Sociedade Termal de Unhais da Serra, SA; Termalitur – Termas de São Pedro do Sul EM, SA; Termas Sulfurosas de Alcafache, SA; Territórios do Côa – Associação de Desenvolvimento Regional; Universidade da Beira Interior; Universidade de Aveiro; Universidade de Coimbra e Web para a Região Centro – Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, SA. -----

--- A Senhora Vice-Presidente afirmou que é trazido à Câmara, com algum atraso, confessa, para ratificação, este contrato de consórcio porque ele já foi assinado em abril de 2016. E isto foi uma falha absolutamente interna da parte do Executivo. Havia a convicção que já tinha sido trazido à Câmara, mas, de facto, não tinha sido. Portanto, o que é que é isto? A Associação das Termas de Portugal da Região Centro é a entidade que gere o PROVERE – Programa de Valorização, numa estratégia de eficiência colectiva, associado às Estâncias Termais que fazem parte da Região Centro. Este PROVERE é um envelope financeiro que a CCDR Centro atribui para a valorização turística dos territórios com termas, para a valorização de investigação e demonstração no que diz respeito às questões de saúde, que todos nós conhecemos e que valorizamos, dos tratamentos termais. É um PROVERE que acontece pela segunda vez, daí esta questão da segunda fase. Portanto, já houve um PROVERE 1 e este é o PROVERE 2. A Câmara Municipal de Nelas não fazia parte do Consórcio que geriu e que beneficiou do primeiro PROVERE, pese embora o Agente Privado, Grande Hotel das Caldas da Felgueira – Companhia das Águas Termais, que hoje é a entidade proprietária de ambas, quer do Balneário, quer do Grande Hotel, já nessa altura fazia parte, mas a Câmara Municipal não fazia parte deste primeiro PROVERE. E o Executivo achou sempre, até por convite, por pressão, por um conjunto de trabalho com os agentes privados e, particularmente, com a Companhia das Águas Termais, das Caldas da Felgueira, ter solicitado, desde sempre, à Câmara Municipal que fizesse parte deste projeto uma vez que ele, ainda que com a comparticipação da Autarquia, porque não está a falar de um financiamento a 100%, mas sim a 85%, inclusivamente já foi trazido à Câmara, daí o lapso interno, o Executivo foi trazendo à Câmara os mapas financeiros do apoio concreto do PROVERE, não trouxe foi o Contrato de Consórcio para ratificação. E ela, Senhora Vice-Presidente, só está ali, de alguma maneira, também a explicar aos Senhores Vereadores o que é que é o PROVERE. Ele já está em curso. Já foram feitas ações de comunicação, de valorização e de animação nas Caldas da Felgueira. Já foi realizado cá, no ano passado, um Seminário Internacional de Investigação dedicado a esta matéria das termas. Ontem, mesmo, foi recebido aqui na Câmara um grupo de investigadores num Projeto Erasmus, no qual a Companhia das Águas Termais intervém, também ela estimulada pela participação no PROVERE. Portanto, este é um projeto que já está em curso. A Câmara Municipal de Nelas é consorciada deste Consórcio de PROVERE pela primeira vez, portanto, não foi no primeiro. Portanto, hoje é trazido à Câmara, por lapso interno não foi na altura, para ratificação, o Consórcio que a Câmara Municipal de Nelas já assinou fazendo parte do mesmo. Perguntou aos Senhores Vereadores se havia alguma questão que quisessem colocar. -----

--- O Senhor Vereador Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral afirmou que, independentemente, daquilo, concorda na íntegra, obviamente, mas, independentemente, do hiato temporal, que



Reunião de 14/03/2018

não assim tão relevante, está cá, é sufragado. Que a Senhora Vice-Presidente lhe permitisse que ele, Vereador Dr. Joaquim Amaral, lhe dissesse que há uma subtil ironia de ter sido assinado o protocolo pelo Ex-Vereador Dr. Alexandre Borges. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que isso era mera curiosidade. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral afirmou que havia boas notícias também, não neste âmbito, mas acha que a Senhora Vice-Presidente também fez alusão a isso de uma outra forma, que é com o retomar das participações dos tratamentos termais. É uma boa notícia para as nossas Termas das Caldas da Felgueira, para o nosso turismo e para a coesão territorial. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que era mesmo isso, sendo que no nosso caso o Balneário das Caldas da Felgueira, enquanto infraestrutura termal privada, é das que apresenta melhores números de aquisições e turistas, exatamente. Portanto, é para ratificação. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Contrato de Consórcio, relativo à execução do Programa de Ação do PROVERE “Valorização das Estâncias Termais da Região Centro” – 2.ª Fase, celebrado em 7 de abril de 2016, entre diversas entidades, Municípios e Estâncias Termais, ambos da Região Centro, com vista a uma prossecução solidária da estratégia de eficiência colectiva, e submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: “Muito obrigada Senhora Presidente substituta. Pelo desrespeito aqui demonstrado pelo Órgão Câmara Municipal por parte do Presidente da Câmara o meu voto em consciência seria votar contra a ratificação. Não podem os intervenientes do nosso Concelho, neste Contrato, serem prejudicados pelo abuso de poder do Presidente da Câmara Municipal de Nelas. Por isso, sou obrigado, em coação, votar favoravelmente.” -----

(71/2018/03/14)3.4.AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA A CRIAÇÃO DE EQUIPAS DE SAPADORES FLORESTAIS – RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 1346, datada de 27/02/2018, da Unidade Orgânica de Planeamento, Obras e Ambiente, que a seguir se transcreve: -----

---- “Aviso de abertura de concurso de apresentação de candidaturas para a criação de Equipas de Sapadores Florestais -----

---- A criação de equipas de sapadores florestais e a respetiva atividade desenvolvem-se no quadro de um programa nacional de sapadores florestais, orientado para a prossecução dos objetivos da proteção e defesa da floresta estabelecidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e na Estratégia Nacional para as Florestas. -----

---- Nos termos do n.º 1, do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro, foi publicado o Despacho n.º 730-B/2018, de 16 de janeiro que determina a abertura de concurso para a constituição de equipas de sapadores florestais no território do continente, por dois lotes. No lote 1 – são elegíveis a totalidade da unidade territorial de cada comunidade intermunicipal/área metropolitana, e no lote 2 (ao qual o município se pode candidatar) - são elegíveis as freguesias classificadas como zona de intervenção prioritária de classe 1 a 6 (mapa em anexo). -----

---- Apesar do concelho de Nelas ter sido fortemente assolado nos últimos 20 anos pelos incêndios florestais, e na catástrofe do passado 15 de Outubro de 2017 em que ardeu no território 3950 ha, dos incêndios provenientes de Serpins e de Seixo da Beira, com as respetivas consequências socioeconómicas e ecológicas, subsistem algumas manchas florestais de dimensão significativa e espaços que importam preservar. Por outro lado, a



Reunião de 14/03/2018

aposta municipal no reforço de meios na prevenção e vigilância aos incêndios florestais, enfatiza o crescente interesse em aderir a iniciativas, promovidas no sentido da prevenção e vigilância da floresta contra incêndios florestais que resultam numa mais valia na valorização do património florestal e são acolhidas pelo município de Nelas como uma oportunidade de também contribuir de uma forma ativa para o atenuar deste problema, ajudando a desenvolver e a desencadear ações de prevenção de incêndios florestais no concelho. -----

---- É precisamente com este objetivo em mente, que a Câmara Municipal de Nelas se propõe apresentar uma candidatura a uma Equipa de Sapadores Florestais, para toda a área do concelho, ou seja, 12571 ha, tendo uma área florestal contígua na encosta do Mondego de cerca de 3621,01ha (área retirada do Plano Diretor Municipal) (mapas em anexo). -----

---- Assim sendo, para formalizar a candidatura da intenção de constituição de equipas de sapadores florestais é necessário a deliberação pelo órgão competente. -----

---- PARECER DOS SERVIÇOS -----

---- Face ao exposto, solicito a V. Ex.^a a aprovação da intenção de constituição de equipa de sapadores florestais. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.^a.” -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que é trazido à Câmara a informação da Senhora Eng.^a Inês no sentido do Órgão aprovar esta intenção de constituição de uma Equipa de Sapadores Florestais tentando que a mesma seja financiada pelo Aviso de abertura que vai abrir brevemente e, de alguma maneira, é exigido, coisa que não acontece em todas as candidaturas, mas, de alguma maneira, é exigida a aprovação da Câmara para que a mesma possa ser efectivada. De seguida, a Senhora Vice-Presidente leu o Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 27/02/2018, exarado na informação interna n.º 1346, da Unidade Orgânica de Planeamento, Obras e Ambiente, datada de 27/02/2018, atrás descrita, cujo Despacho, a seguir se transcreve: “Concordo. A) A presente candidatura instruída com os documentos necessários que se consideram aprovados dada a urgência; b) Vai o procedimento à próxima reunião de Câmara para ratificação.” Daí, o Executivo trazer hoje para ratificação. Julga que não é fator de dúvidas, mas está à consideração dos Senhores Vereadores alguma informação que queiram colocar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou à Senhora Vice-Presidente se era a Câmara Municipal que ia concorrer à constituição de candidaturas de sapadores florestais. -----

---- A Senhora Vice-Presidente respondeu que a Câmara ia concorrer à criação uma Equipa de Sapadores Florestais. Era isso que ali estava explicito. A Câmara vai tentar candidatar a constituição de uma Equipa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou à Senhora Vice-Presidente se esta candidatura, pela parte do Município, prejudicava interesses de terceiros. ---

---- A Senhora Vice-Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que de forma alguma. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou à Senhora Vice-Presidente se os terceiros podiam também concorrer, os particulares. -----

---- A Senhora Vice-Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que, se forem entidades elegíveis no Aviso de abertura de candidatura, pensava que sim. Aliás, a própria Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e outras tem um Aviso de candidatura específico para a constituição, não só das Equipas de Sapadores Florestais, como de Brigadas de Sapadores Florestais. -----



Reunião de 14/03/2018

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou à Senhora Vice-Presidente se podia votar em consciência que esta candidatura, por parte do Município de Nelas, não prejudica outras pessoas de Nelas, do nosso Concelho, que, efetivamente, queiram candidatar-se a Sapadores Florestais. -----

---- A Senhora Vice-Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que não cria, de forma alguma. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, então, votava favoravelmente. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral afirmou que a sua nota era só mesmo para, ele não tem sempre que concordar, ou discordar, mas neste caso concreto, até porque vem no seguimento de algumas sugestões que foi também fazendo desde que se iniciou este mandato, é com bastante regozijo que assiste à votação e à implantação desta medida. Os seus parabéns à Autarquia e à Senhora Eng.^a Inês Mendonça pelo projeto, que ele acha, de facto, que é um projeto bastante estruturante nas questões que são de trágica memória para ele e na questão da preservação e prevenção, também o nosso regozijo pela Autarquia ter enveredado por esta candidatura. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, de apresentação da candidatura para a criação de Equipas de Sapadores Florestais, nos termos da informação interna n.º 1346, da Unidade Orgânica de Planeamento, Obras e Ambiente, atrás descrita. -----

4 – CONTABILIDADE

4.1.PAGAMENTO DE FATURAÇÃO DIVERSA – FEVEREIRO DE 2018 – CONHECIMENTO

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que este assunto era dado para conhecimento. No, entanto, como tem sido hábito, o Senhor Presidente colocar aos Senhores Vereadores a consideração de alguma dúvida, que o Executivo possa esclarecer. Se não poder esclarecer, regista-a. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que já nem ia por uma avença no valor de 7.000,00 euros, que está ali, que nem vale a pena falar nela. E essa avença, certamente, é para prejudicar os Contribuintes, ou as Empresas do seu Concelho, designadamente aqueles que faturaram em 2013 nos processos que correm no Tribunal. Mas, como ele, Vereador Dr. Manuel Marques, vinha a dizer já desde o primeiro dia, desde a primeira posse, no dia que tomaram posse, todos eles assistiram ao corrupio de máquinas, uma hora estavam na Zona Industrial, outra hora estavam no Folhadal, outra hora estavam em Santar, outra hora estavam na Urgeiriça, outra hora estavam em Vila Ruiva e tem acompanhado esse processo, exatamente, é ali, é que isto não é política, porque aqui são os Serviços e nos Serviços ele confia piamente. E, de facto, em todos os mapas que os Serviços emanam para o Senhor Presidente da Câmara, que é o registo dos pagamentos mensais, os empreiteiros da Escola de Vilar Seco, os empreiteiros da Escola de Carvalhal Redondo, que instalaram lá, 15 dias antes das eleições, os andaimes e os respetivos toldos para as crianças assim não apanharem pó, nem levarem com as telhas na cabeça, não via ali lançamentos de faturas que lhe tivessem pago. O mesmo acontece, ou o mesmo sucede com os Irmãos Almeida Cabral, agora é que tem ali uma dúvida se é o do Sistema Intercetor, já corrigia, os Irmãos Almeida Cabral que estão com a construção do Sistema Intercetor, ou a Embeiral que



Reunião de 14/03/2018

está com a construção da ETAR, não vê ali pagamentos a estas empresas. Será que lhe vêm dar razão agora a dizer que o Senhor Presidente da Câmara não deixou faturar a essas empresas para não aumentar aqui a dívida no Município? Ou só vão faturar depois dos empréstimos estarem aprovados, tudo desde setembro de 2017 até agora? É que mesmo os autos de medição devem constar ali na relação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério afirmou que eram projetos cofinanciados. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, se o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério levanta essa questão, então ele, Vereador Dr. Manuel Marques, pergunta: Senhora Presidente substituta, pergunte aos Serviços se, de facto, se pagarmos um auto de medição, se deve constar, ou não, nesta relação. Que é para esclarecerem esta questão oportuna do Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério. Gostava que a Senhora Presidente substituta perguntasse à Senhora Dr.^a Célia se houver um pagamento de um auto de medição das obras que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, ali referiu, se vem, ou não vem, neste processo. -----

---- A Senhora Vice-Presidente perguntou ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques se tinha alguma questão em concreto, de algum pagamento que ali estava. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu à Senhora Vice-Presidente que não, que lhe estava a falar, que estavam nos pagamentos e que isso era uma questão política. Estão ali a discutir uma questão política. Estão ali a discutir uma intervenção que o Senhor Vereador do seu lado esquerdo, que são pagamentos de obras cofinanciadas. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, pergunta: Os autos de medição de obras cofinanciadas e, além do mais, da parte financiada pelo Município, devem, ou não devem vir ali? É a pergunta que ele faz, simples e objetiva -----

---- A Senhora Vice-Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que ele lhe ia desculpar, mas em relação a essa pergunta ela até vai ter algum cuidado para não lhe responder mal. Mas essa é uma pergunta, é que só se está a lembrar de palavras que não deve utilizar. Portanto, essa é uma pergunta que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques não deve colocar porque qualquer pagamento, seja ele de uma obra cofinanciada, ou não, vem reflectida, naturalmente, no registo dos pagamentos efetuados. Essa pergunta enferma num vício de grande incorrecção. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu à Senhora Vice-Presidente que não era assim, que o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério quis fazer sair para o público que não constam no mapa os pagamentos de obras cofinanciadas. Não constam no mapa porque o Executivo não pagou desde setembro até hoje. Essa é que é a verdade dos factos que lhe vem dar razão. A verdade dos factos é essa. O Executivo não deixou pagar autos de medição, nem há faturas, aos empreiteiros que andaram com o decurso das obras antes do ato eleitoral. Essa é que é a verdade e são as razões pelas quais o Executivo omitiu a dívida do Município, porque não tinha dinheiro para isso. Está à espera e veio agora a correr com o empréstimo, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, espera que o Tribunal de Contas os aprove, se não então é que temos ali o caldo entornado e o Executivo ainda vai penhorar, por aí, a cadeira do Senhor Presidente da Câmara, ou o carro, mesmo velho, espera, porque ele quer-se rir com isto tudo. -----

---- A Senhora Vice-Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que hoje ela teve azar. Então, mas o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques tem andado tão bem nas reuniões de Câmara, logo hoje veio com a força toda das campanhas e da parte política para



Reunião de 14/03/2018

cima dela? Mas que olhasse que o histórico, na contração de empréstimos nem é o atual Executivo que o tem, é o anterior Executivo do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. Que tivesse calma para ver se os empréstimos vão ser aprovados, ou se não vão ser. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que ia contar à Senhora Vice-Presidente uma história verdadeira de um grande homem, que se chama Jorge Coelho e que é seu amigo pessoal, com quem ainda ontem esteve com ele. -----
 ---- A Senhora Vice-Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que ele tinha um grande amigo e que ela gostava muito dele e que ele era um grande produtor de Queijo da Serra da Estrela. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, felizmente, tinha um grande amigo. Perguntou à Senhora Vice-Presidente se sabia o que é que ele, Jorge Coelho, lhe disse uma vez. Quem se meter com o PS, leva. E ele, Vereador Dr. Manuel Marques, diz à Senhora Vice-Presidente. Quem se meteu com o CDS, tem que levar. -----
 ---- A Senhora Vice-Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques para ter cuidado porque o Senhor Jorge Coelho disse que quem se meter com o PS leva, que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques tivesse cuidado. Ele já o avisou. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que estava preparado. Quem se meteu com o CDS tem que levar. Os Senhores foram incorretos e têm que levar. ----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral afirmou que tinha questões, mas como já tiveram um tempo razoável, depois poe-as por escrito. -----
 ---- A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, durante o mês de fevereiro de 2018, no total de 599.729,02 euros (quinhentos e noventa e nove mil setecentos e vinte e nove euros e dois cêntimos), referente a Operações Orçamentais e no total de 40.990,85 euros (quarenta mil novecentos e noventa euros e oitenta e cinco cêntimos), referente a Operações de Tesouraria, descritos em relação elaborada pelos Serviços de Contabilidade. -----

5 - OBRAS PARTICULARES

5.1.INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO

5.1.1.LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO EMITIDAS – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente a alvarás de licenciamento/comunicação prévia/certidões de obras, emitidas no período compreendido entre 22 de fevereiro de 2018 e 07 de março de 2018, a qual fica anexa a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

5.1.2.PROCESSOS DE LICENCIAMENTOS, COMUNICAÇÕES PRÉVIAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, ENTRADOS NOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente a processos de licenciamentos, comunicações prévias, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, entrados na Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, no período compreendido entre 22 de fevereiro de 2018 e 07 de março de 2018, a qual fica anexa a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. -----



Reunião de 14/03/2018

6 – LICENCIAMENTOS DIVERSOS

(72/2018/03/14)6.1.PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS MUNICIPAIS RELATIVAS À EMISSÃO DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO – REQUERENTE: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CANAS DE SENHORIM. LOCAL: RUA DO ROSSIO, N.º 26, EM CANAS DE SENHORIM – ISENTAR OU REDUZIR OU INDEFERIR O PEDIDO

---- Presente a informação interna n.º 1700, datada de 07/03/2018, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, que a seguir se transcreve: -----

---- “Pedido de isenção do pagamento das taxas municipais relativas à emissão do alvará de construção – Isentar ou Reduzir ou Indeferir o pedido. Requerente: Centro Social e Paroquial de Canas de Senhorim. Local: Rua do Rossio, n.º 26, em Canas de Senhorim, freguesia de Canas de Senhorim. Processo n.º 01/60/2017. Registo de entrada n.º 122, de 21/02/2018. -----

---- I – Pretensão: -----

---- 1. A entidade requerente solicita isenção do pagamento da taxa municipal devida pela emissão do alvará de construção, ao abrigo do n.º 2, da alínea c), do artigo 5.º, do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais de Nelas. -----

---- II – Enquadramento Legal: -----

---- 1. De acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas Municipais de Nelas, n.º 2 da alínea c) do artigo 5º: -----

---- - Na medida do interesse público municipal de que se revistam os atos cujo licenciamento se pretende obter ou as prestações de serviços requeridas, podem ainda beneficiar de isenção ou de redução do pagamento de taxas e outras receitas municipais: -----

---- Alínea c) As associações religiosas, culturais, desportivas, profissionais ou recreativas legalmente constituídas e as comissões fabriqueiras de igrejas e capelas pelas atividades que se destinem, diretamente, à realização dos seus fins estatutários; -----

---- 2. As isenções e reduções referidas no número anterior não afastam a necessidade de apresentação de requerimento dirigido à Câmara Municipal das necessárias licenças, quando devidas, nos termos da lei ou Regulamentos Municipal, nem dispensam o prévio licenciamento municipal a que houver lugar. -----

---- 3. As isenções e reduções referidas no n.º 2 serão concedidas por deliberação da Câmara Municipal mediante requerimento dos interessados e apresentação de prova da qualidade em que requerem e dos requisitos exigidos para a concessão da isenção ou redução. -----

---- III – Parecer dos Serviços: -----

---- 1. Os interessados apresentaram um requerimento de isenção do pagamento das taxas municipais, por ter o estatuto de social e religiosa. -----

---- 2. Assim sendo, como o pedido se encontra devidamente instruído, deixo à consideração de V. Ex.^a isentar, reduzir ou indeferir o pedido. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.^a” -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que, como os Senhores Vereadores sabem, tem sido hábito no caso de projeto de obra em curso, ou que entram nos Serviços para iniciar, propostos pelas IPSS,s, é pedida sempre esta isenção, redução, das taxas municipais. A prática tem sido conceder esta mesma isenção. Contudo, põe à consideração dos Senhores Vereadores alguma dúvida, alguma questão. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção do pedido de pagamento das



Reunião de 14/03/2018

taxas urbanísticas relativas à emissão do alvará de construção, pedido pelo Centro Social e Paroquial de Canas de Senhorim, relativamente ao processo n.º 01/60/2017, nos termos da informação interna n.º 1700, datada de 07/03/2018, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, atrás descrita. -----

7 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que estava encerrada esta parte da reunião. Tem sido hábito dar a palavra ao Público, não sendo a última reunião do mês, mas não sabia se algum dos digníssimos Membros do Público presente, querem colocar alguma questão. Então, é mesmo só o Senhor Arlindo Rodrigues Duarte. -----

---- O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte, de Urgeirica, afirmou que, em primeiro de tudo queria agradecer à Senhora Vice-Presidente em dar-lhe um minuto de palavra e desejar a todos boa tarde. Eram duas pequenas questões. Era se, realmente, a Câmara Municipal de Nelas se fez aquela dedução, ou redução do consumo a mais de água que se fez, que alguns Municipais consumiram a mais na altura dos fogos. Essa era uma questão. A outra questão é uma questão que já vem de há muito tempo, era para quando as obras, nomeadamente dos cemitérios do nosso Concelho. Já temos placas há cerca de um ano junto aos cemitérios e as mesmas não começaram. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que, relativamente à primeira questão ela julga que os Serviços estão já, a Senhora Dr.ª Célia confirma-lhe que sim, em relação à primeira questão, que isso é acautelado, que isso foi feito logo. Em relação à segunda questão as obras estão em curso, vão decorrer de acordo com o planeamento que está definido. Era o que ela, Senhora Vice-Presidente, lhe podia dizer garantidamente. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara pediu à Senhora Dr.ª Célia Tavares para proceder à leitura da minuta da ata. Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às dezasseis horas e dezanove minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, conforme deliberação tomada na 1.ª reunião desta Câmara Municipal, realizada em 20 de outubro de 2017, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

A Vice-Presidente,

A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica de Finanças e Património Municipal,
